

**LEI 10.639/03, COTIDIANO ESCOLAR E FORMAÇÃO DOCENTE: uma visão  
a partir da experiência com o PIBIC Jr.**

Elaine Costa Oliveira  
Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal/UFU  
oliveirae\_c@hotmail.com

Giusley Dutra Oliveira  
Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal/UFU  
giusleydo@hotmail.com

Greice Aparecida Chaves  
Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal/UFU  
greyce\_itba@hotmail.com

Renata Carolina Vieira Resende  
Discente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal/UFU  
renataroll@hotmail.com

Luciane Dias Ribeiro Gonçalves  
Docente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal/UFU  
luribeiro\_mg@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem sua origem no Projeto de Iniciação Científica do Ensino Médio, realizado no ano de 2012, intitulado “Afrografias: Alunos fotógrafos e a cultura afrobrasileira no cotidiano escolar” o qual entende que a escola como um espaço sócio-cultural abre a perspectiva de aceitar os seus sujeitos como pessoas únicas, heterogêneas e portadoras de diferentes culturas. Partindo desse pressuposto o projeto teve o intuito de registrar as africanidades presentes neste contexto, tendo como participantes duas alunas bolsistas de uma escola da rede pública e alunas graduandas do curso de pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal–FACIP/UFU, como colaboradoras.

Assim este trabalho teve a analisar como a Lei 10.639/03 estava sendo implementada naquela escola, já que, mesmo após dez anos de sua promulgação a referida Lei, ainda não é implementada em muitas instituições de ensino.

Nós discentes colaboradoras do programa, fomos instigadas para o conhecimento da aplicabilidade desta e buscamos no início dos estudos realizados averiguar o entendimento das alunas sobre a história e cultura africana e afrobrasileira.

Em nossos primeiros contatos percebemos que a lei não era trabalhada no ambiente escolar, a partir dessa observação iniciamos estudos bibliográficos orientados pela coordenadora do Projeto, utilizando de leituras de alguns autores como Lima, Lopes, Munanga, Rocha, Sant'ana, Silva, para proporcionar a compreensão da temática das Relações Étnico Raciais, tanto na construção do processo histórico como no contexto contemporâneo, e rodas de conversas como instrumento metodológico para a realização destes estudos.

A partir da compreensão do processo histórico entende-se que a luta do Movimento Negro para busca de reconhecimento de direitos, a qual não é de hoje, apresenta uma de suas grandes conquistas na Lei 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, que implementa o ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira nas instituições de ensino públicas e privadas. A Lei teve sua promulgação em 09 de janeiro de 2003 com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos Negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003, p.01)

De tal modo percebemos que a Lei nº 10.639, inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”. Desta forma, além dos conteúdos específicos trabalhados em cada disciplina, o projeto constitui-se em uma razão de trabalhar temas transversais pautados na cultura africana e afro-brasileira de forma interdisciplinar.

Portanto, busca-se dar uma resposta, em especial, na área educacional aos anseios da população negra e afrodescendente, tendo o apoio de Políticas de Ações Afirmativas, que são políticas de reparações, para que se concretize a valorização de sua história, cultura e identidade, na promoção do combate ao racismo construído e arraigado na sociedade brasileira.

Apesar da vigência da lei, o que presenciamos no ambiente escolar ainda é a reprodução e conservação das desigualdades e da discriminação racial, vigorando a educação eurocêntrica. Inicialmente a educação foi destinada à elite e renegada aos menos favorecidos e negros. A esses era acessível sob a condição de permissão, e ao longo dos tempos mesmo quando da obrigatoriedade da educação como direito de todos, havia nas relações estabelecidas na escola, tanto do corpo dirigente como de professores e entre os próprios alunos formas preconceituosas de exclusão, que marcavam as práticas de racismo para com as pessoas negras, dando-lhes sempre a condição de inferioridade que os colocavam numa situação de marginalização.

Assim percebe-se que é necessário romper com essa educação eurocêntrica, ressignificando a importância de África no contexto brasileiro e internacional, visto que é apresentado um continente africano de miséria e fome, esquecendo a importância de seu povo, de sua cultura, de suas riquezas e sabedoria.

Com a promulgação da Lei 10.639/03 muito tem-se discutido para que haja múltiplas transformações na formação e prática docente, nos materiais didáticos e na documentação da escola, já que não há a existência de um órgão que supervisione a sua implementação. Neste contexto, Silva nos alerta que é preciso:

“Conhecer para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira, deve ser o objetivo específico da introdução nos currículos do tema transversal Pluralidade Cultural e Educação, que considero universal, pela sua abrangência e importância social”. (SILVA, 2005, p.21).

É na perspectiva de conhecimento que este trabalho propõe-se no estudo de assuntos pertinentes a história e cultura dos povos africanos e afrobrasileiros como forma de implementação de Lei 10.639/03 no âmbito daquela instituição de ensino com as alunas bolsistas.

## METODOLOGIA

Contribuindo para a aplicabilidade da Lei 10.639/03 no ambiente educacional no projeto Afrografias, realizamos estudos bibliográficos e rodas de conversa com o intuito de promover leituras e discussões no processo de aquisição do conhecimento das Relações Étnico Raciais. Conforme Lopes, Castelan e Pestana as rodas de conversa

apresentam-se em dois contextos, em um como instrumento do planejamento do educador com o objetivo de promover a construção de ideias a partir de um tema gerador e como instrumento mediador de situações conflituosas, onde o educador deve identificar as tensões e colocá-las em pauta para discussão.

Nessa perspectiva utilizamos da roda de conversa para estabelecer o diálogo com as alunas bolsistas e graduandas a partir dos assuntos estudados, e possibilitar a interação e troca de conhecimento entre estas.

## DESENVOLVIMENTO

Os textos usados foram escolhidos a partir da observância de que os estudos sobre a história e cultura africana e afrobrasileira de forma a desmitificar o racismo construído ao longo do tempo, não era realizado naquela instituição. Por isso foi necessário tratar alguns conceitos.

Primeiramente discorremos sobre os termos Raça, Cor e Etnia. Segundo os quais o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, destaca que Raça e Cor tratam de características declaradas pelas pessoas conforme as opções: Amarela, Indígena, Negra, Parda e Branca, mas conforme o Movimento Negro, representado aqui por Silva (2005,p.01) ressalta que “Cor refere-se a características físicas”, ou seja, é denominado pela quantidade de melanina presente na pele. “Raça, baseia-se em conceito biológico utilizado no passado e hoje reconhecido como equivocado, mas que ainda interfere nas relações sociais, promovendo a manutenção das desigualdades”, isto é, associando o termo para fazer designação de superioridade de uma raça a outra e para subjugar formas pejorativas às pessoas, como a utilização do termo Mulato, denominando o cruzamento de mula com cavalo, associando as pessoas negras a animais, dentre outros.

Ao termo Etnia Silva(2005) trata da “coletividade de indivíduos que se diferenciam por sua especificidade sócio-cultural, refletida principalmente na língua, religião e maneiras de agir. Outro conceito é o de ser Preto e ser Pardo, o que remete a questão da identidade, que para Munanga o termo “ser pardo” é um estado de não reconhecimento de si, não ter uma identificação. O fato de não se identificar como negro traz na idéia de que ser pardo é uma forma de ser aceito pela sociedade que possui a ideologia eurocêntrica, pois desde criança estes sofrem com a discriminação no

contexto escolar, o qual contribui para a perpetuação da exclusão.

Este espaço escolar que deveria ser específico para a formação cidadã, possibilitou a construção histórica do racismo repassada de geração a geração que mesmo nos dias atuais é mantida por uma prática discriminatória conforme ressaltava Sant’Ana (2005), e essa prática é reforçada por meio dos livros didáticos na construção de estereótipos e preconceitos, e ainda pelo racismo institucional refletido através de políticas educacionais que afetam negativamente o negro.

É de conhecimento de todos que sempre houve resistências pelo povo negro ao processo de escravidão do trabalho humano que utilizavam de métodos de violência para que houvesse a realização desse conforme salienta Zonato (2001) que ao empreenderem fuga das senzalas davam origem à grupos de refugiados denominados quilombos.

Segundo Lima (2005), o negro mesmo na luta de resistência contra o processo de escravização e mesmo após a abolição da escravatura tornou-se invisível no mundo literário, quando eram personagens dos livros de histórias eram representados atrelados à visão da escravidão ou como seres rebaixados e estereotipados.

E ainda nesse contexto, Sant’Ana (2005, p.51) salienta que:

“o professor, figura importantíssima na educação do aluno, lamentavelmente, não percebeu a presença destes estereótipos e preconceitos, bem como o importantíssimo papel que exerce como grande mediador no processo ideológico, reforçando a transmissão destes estereótipos e preconceitos”.

Não deve-se culpabilizar o professor por tal práxis, em contrapartida deve-se oferecer a este uma formação continuada que possibilite-o pensar sobre sua prática pedagógica, que vem desta formação excludente que reproduz o preconceito racial junto ao alunado. Esse professor que não teve uma boa formação, também não encontra materiais didáticos que retratem a história e cultura africana e afrobrasileira de forma a desmitificar essa condição.

Sendo a escola um espaço de longa permanência da criança e especificamente da criança negra, estes são alguns dos fatores que levam a mesma a não aceitação de sua pertença, ou não formação de sua identidade, pois não encontra neste espaço condições favoráveis a essa construção, assim Rocha (2004, p. 04) ressalta que:

“o trabalho antirracista deve começar cedo na Educação Infantil, o primeiro desafio é o entendimento da identidade. A criança negra precisa se ver como negra, aprender a respeitar a imagem que tem de

si e ter modelos que confirmem essa expectativa. Por isso, deve ser cuidadosa a seleção de livros didáticos e de literatura que tenham famílias negras bem-sucedidas, por exemplo, heróis e heroínas negras”.

Um dos primeiros passos para consolidação desse trabalho de formação de identidade do sujeito, é a utilização das Políticas de Ações Afirmativas que são:

“um conjunto de ações privadas e/ou políticas públicas que tem como objetivo reparar os aspectos discriminatórios que impedem o acesso de pessoas pertencentes a diversos grupos sociais às mais diferentes oportunidades. (LOPES, 2006, p.15)

Esse conjunto de ações vem para reparar o processo de discriminação que permeia a sociedade brasileira até os dias atuais e contribuir para a permanência e a valorização do negro nesse processo de formação.

Estas políticas também são instrumentos que favorecem a desmitificação do processo histórico juntamente com a prática emancipatória de alguns profissionais da educação que trabalham de forma espontânea e possuem afinidade com a temática: Educação para as Relações Étnico Raciais.

Estes foram os assuntos tratados nos estudos realizados durante a vigência do projeto de iniciação científica do ensino médio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho foi de grande importância para nossa formação, pois nos possibilitou perceber que mesmo depois de dez anos de implementação da Lei 10.639/03 pouco se faz para sua efetivação de fato.

Assim o projeto permitiu a nós colaboradoras realizar um diálogo entre o ensino superior e a educação básica, como também nos possibilitou um novo olhar sobre a importância de se trabalhar essa temática na escola, de modo a contribuir para a valorização da identidade do negro na sociedade atual. Além disso, tivemos subsídio para entender como o tema está sendo ou não trabalhado no espaço escolar. Já que em nosso curso encontramos um déficit sobre essa temática, ficando restrito somente ha alguns projetos extra cursos os quais, por sua vez não são oferecidos a todos os graduando/as, que são realizados por professores que afinizam-se pela temática de implementação da Lei 10.639/03 de forma espontânea, já que não existe um órgão de fiscalização dessa implementação dentro das instituições de ensino.

Percebemos que existe uma lacuna entre o real e o exigido pela referida Lei. A importância deste trabalho se explica por ser algo necessário a ser trabalhado nas escolas, tanto públicas quanto privadas, já que a maior parte desta temática está ainda por ser desvelada, visto que os profissionais atuantes e o material didático apresentam somente o lado obscuro do continente africano.

O desrespeito é tamanho para com a África que ao abordar o assunto Continente Africano com as bolsistas estas não tinham conhecimento de que África era um continente, pensavam que este se tratava de um país, revelando assim a importância que a instituição de ensino atribui ao assunto.

Concluimos que é necessário Políticas de Educação Públicas e de Políticas de Ações Afirmativas para reverter esse contexto de desvalorização para com África e o povo Africano e Afrobrasileiro. A partir deste pressuposto a sociedade precisa lutar para desconstruir o estigma do preconceito racial. Um grande passo será possível a partir do momento que as escolas realizarem um resgate da história e da cultura do continente africano. Entendemos que conhecendo outra versão da história de África será favorável para a formação identitária do negro na sociedade brasileira.

Desta forma, o professor como mediador do processo de aprendizagem deve demonstrar as africanidades presente no cotidiano escolar a partir da visão do aluno(a). As africanidades sendo evidenciadas poderão contribuir para a construção de um cotidiano escolar que respeite mas a diversidade que a compõe no aspectos raciais e culturais.

Esta pesquisa nos proporcionou um olhar reflexivo sobre o cotidiano escolar, no qual vivenciamos a falta da implementação da Lei 10.639/03, percebermos através das falas das alunas bolsistas, que há falta desta discussão neste ambiente, pois o espaço que deveria ser para a formação de identidade, acaba sendo um espaço de perpetuação da exclusão.

Portanto em pleno século XXI o povo negro continua tendo que resistir às novas formas de escravidão enquanto o respeito não é devidamente praticado pela população brasileira. Cabe a Educação Básica proporcionar a conscientização dos sujeitos para a humanização e a Educação Superior a formação de profissionais da Educação e de outras áreas do conhecimento para que garantam essa humanização nas formas de relações estabelecidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)> Acesso em 15 jul 2013.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto- juvenil. In: *MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 101-115.

LOPES, A. CASTELAN, Z. PESTANA, V. **A Roda de Conversa e a Democratização da Fala: conversando sobre educação de infância e dialogicidade**. Disponível em <<http://www.ipfp.pt/cdrom/C%EDrculos%20de%20Discuss%E3o%20Tem%Etica/02.%20Inf%2ncia/alopezszcastelanvpestanda.pdf>> Acesso em 15 jul 2013.

LOPES, C. (Org). **Cotas Raciais: por que sim?** 2.ed. Rio de Janeiro: Ibase Observatório da Cidadania, 2006 Disponível em [http://www.ibase.br/userimages/ibase\\_cotas\\_raciais\\_2.pdf](http://www.ibase.br/userimages/ibase_cotas_raciais_2.pdf) > Acesso em 15 jul 2013.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2004.

SANT'ANA, A. O. **História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus derivados**. In: *MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-67.

SILVA, A. C. **A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático**. In: *MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21- 39.

ZONATTO, C. **Toinzinho apresenta Zumbi e o Dia da Consciência Negra**. Editora Lake. São Paulo. 2011.